

PMS
EST. 10/10/05
24/10/106
Salvador, Ba. 05
Assunto
Habitacões

INFRA-ESTRUTURA | Crise habitacional faz com que ruínas se tornem abrigos

Famílias transformam escombros em moradia

EDER LUIS SANTANA
eius@grupoparade.com.br

Quando a necessidade por moradia chega ao extremo, a única solução encontrada por famílias de baixa renda é se alojar em espaços não produtivos. Somente o Movimento Sem-Teto de Salvador (MSTS) ocupa hoje três fábricas, totalizando 370 famílias. Outras três serão ocupadas na Avenida Suburbana, informa a coordenação do movimento.

Os donos tentam reaver seus terrenos por meio dos pedidos de reintegração de posse, mas esbarram na morosidade do Judiciário. Em outros casos, os responsáveis pelos imóveis nem são localizados. Enquanto isso, as pessoas vivem sem a menor higiene e saneamento básico.

Na fábrica Barreto de Araújo, na Avenida Beira Mar (Ribeira), 107 famílias dividem o espaço em casas improvisadas no meio dos escombros. Paredes antigas e vigas de concreto são ameaças constantes. "É difícil até conseguir emprego. Os patrões discriminam quem mora aqui", diz Josias Santos Soares, 29 anos. Os sem-teto estão na Barreto de Araújo há um ano e meio. A fábrica foi desativada na década de 70, indo para Ilhéus, assim como outras que trabalhavam com derivados do cacau.

FIM SOCIAL – O coordenador do MSTS, Pedro Cardoso, comenta que, antes de ingressar nas fábricas, os sem-teto ainda precisavam lidar com a marginalidade. "Quase desistimos de algumas ocupações por causa do tráfico. Insistimos até darmos uma finalidade social para esses locais", diz.

O MSTS está presente também nas fábricas Alfred e Tostes, ambas localizadas na Cidade Baixa. Cardoso comenta que os responsáveis

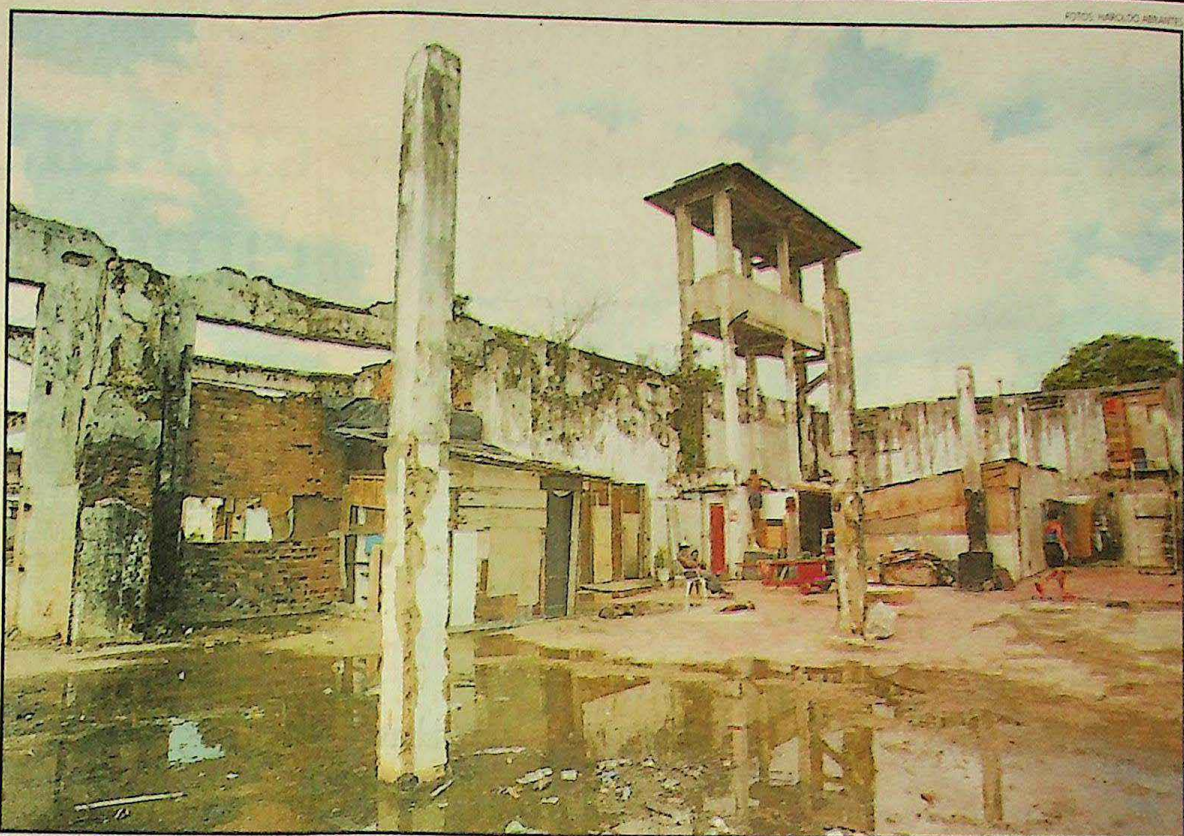
pela Barreto de Araújo e Toster nunca apareceram para reivindicar seus direitos. Na Alfred, o processo de reintegração de posse não foi julgado.

Não vinculado ao MSTS, um outro grupo de sem-teto vive há três anos em uma antiga fábrica de papel, na Avenida Nilo Peçanha, na Calçada. O terreno pertence à Indústria de Mamona da Bahia (Imbasa), que integra o grupo Barreto de Araújo – o mesmo que responde pela fábrica ocupada pelo MSTS, na Ribeira. Na Calçada, 250 famílias se dividem em nove etapas de casas espalhadas. Sem banheiro, convivem com fezes e sujeira pelo chão e se espremem em espaços com apenas um cômodo, como acontece com a desempregada Andresa Costa, 21 anos.

SEM COMIDA – Ao lado dos filhos de 7 e 3 anos, sua casa é um cubículo construído em cima de uma roda de concreto. O chão é frio e as paredes de madeira parecem que irão cair a qualquer momento. "Cheguei grávida e fiquei por aqui. Mas é péssimo viver nessas condições. As crianças estão sempre doentes", comenta, ao lado de um fogão velho e sem comida.

Os líderes do acampamento aguardam a decisão da Justiça e torcem pela permanência das famílias. O gerente do grupo Barreto de Araújo, Haroldo Guedes, comenta que, antes de a área ser tomada, o espaço era alugado a outras empresas. "Bastou uma semana para tomarem o terreno", afirma. Guedes admite ser difícil reaver o espaço por causa do tamanho da invasão formada.

Nos tempos áureos, o grupo Barreto de Araújo chegou a possuir 16 empresas, totalizando algo em torno de cinco mil funcionários. Agora, está desativado e apenas administra os bens restantes.



O que restou da Fábrica Barreto de Araújo, na Ribeira, abriga 107 famílias que vivem entre paredes que ameaçam desabar e esgoto a céu aberto



Na Calçada, Andresa Costa mora em um cubículo construído dentro de uma antiga fábrica de papel: "As crianças estão sempre doentes"

Depois de revitalizados, espaços passam a beneficiar comunidades

Do outro lado do abandono existem casos de sucesso. Espaços que abrigavam fábricas foram revitalizados em benefício da sociedade. Um exemplo é a Creche Escola Comunitária Frutos da Manhã, na Rua Lopes Trovão, em Massaranduba. São 320 crianças atendidas no local, que fornece alimentação e reforço escolar. Da velha fábrica de vidro restam apenas as fotos guardadas no fundo do armário.

A história da creche começou em 1999, quando a Tia Mira – que poucos conhecem como Maria Almira Dias Santos – construiu um barraco de madeira no terreno desocupado. Depois, a população fez doações. Com o apoio da prefeitura, foi possível erguer uma sede com melhor estrutura. O terreno foi vendido pela Ordem 3ª da Santíssima Trindade pelo valor simbólico de R\$ 100. "Faço questão de morar aqui. Não quero perder o que conquistei. Demos um objetivo a esse lugar", orgulha-se Tia Mira, 59 anos.

Ao lado da creche, a única estrutura da fábrica que ainda resta serve de moradia a cinco famílias de catadores de papelão. Entre eles está Aguielo Silveira, 71 anos, que trabalhou como vigia do imóvel depois de a fábrica fechar as portas. Ele conta que o empreendimento funcionou entre as décadas de 50 e 80, tendo ficado no abandono durante muito tempo.

Outro caso bem-sucedido está na antiga fábrica Chadler, na Avenida Conselheiro Zacarias, nos Mares. Inaugura em 1944, a Chadler foi uma das últimas a abandonar a região da península e somente em 1995 encerrou suas atividades. Os vizinhos não

#

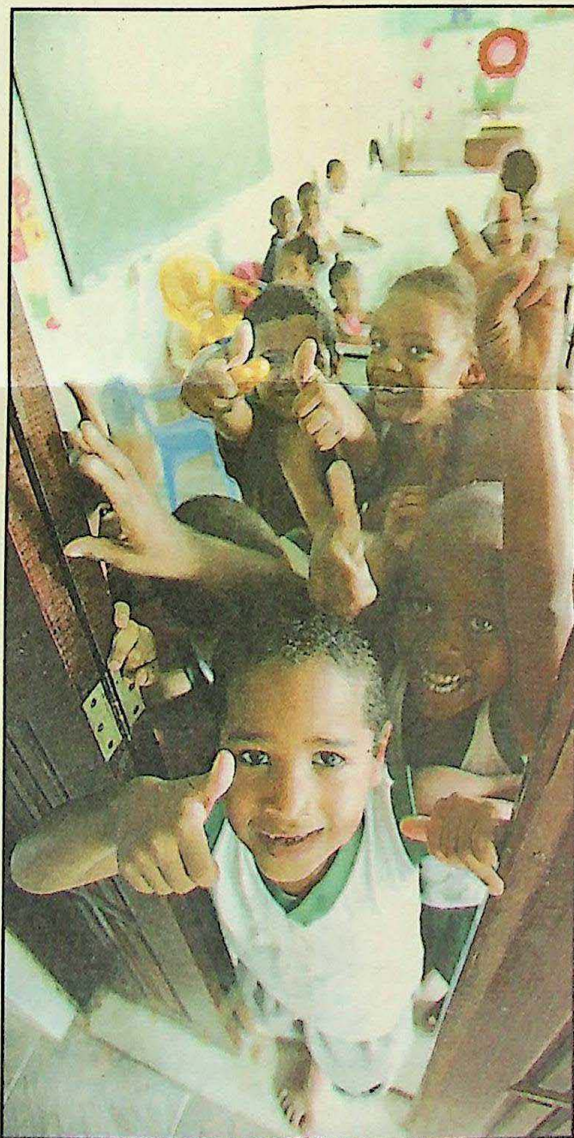
320

crianças são atendidas na Creche Escola Comunitária Frutos da Manhã, que funciona em um prédio que já foi uma fábrica de vidro, no bairro da Massaranduba, Cidade Baixa.

suportavam o cheiro de amêndoa queimada durante a produção de chocolate e outros alimentos derivados do cacau.

COMPUTADORES – Após anos sem utilização, a empresa PA. Arquivos e Gestão de Documento elaborou um projeto de revitalização da antiga fábrica da Chadler. Em 2003, assumiu as rédeas do espaço, conhecido hoje como Condomínio Tecnológico de Itapagipe, que oferece acesso gratuito à internet aos moradores do bairro.

Os trabalhos de revitalização custaram R\$ 1,2 milhão, revertidos em uma redução no preço do aluguel pago aos herdeiros do terreno. Segundo o sócio da empresa, Jaime Magalhães, o investimento é benéfico, por atender à demanda de clientes nos serviços de organização e digitalização de documentos. (E.L.S.)



Creche Tia Mira, em Massaranduba: alegria onde havia destruição

Débitos dificultam a reutilização de áreas

A ATARDE apurou que o débito de quatro fábricas junto à prefeitura chega a R\$ 3.832.212, sendo R\$ 1.724.367,45 já inscritos na Dívida Ativa e R\$ 191.739 acumulados na Secretaria da Fazenda (Sefaz). As fábricas pesquisadas foram Barreto de Araújo, Imbasa, Antarctica e Toster. Todas devem impostos municipais há décadas, o que dificulta a utilização dos seus espaços para fins sociais, como afirmou o secretário de Relações Internacionais do município, Leonel Leal.

"Não temos como gerir imóveis com dívidas tão grandes. Algumas possuem mais de 100 herdeiros", comenta. Sem alternativas para desapropriar esses espaços, o poder municipal tenta fazer com que outras empresas invistam nos terrenos. Um dos contratos assinados, recentemente, diz respeito à antiga fábrica da Fratelli Vita, na Calçada, que servirá de sede a um centro universitário interessado em desenvolver pesquisas sobre o mar.

Uma das estratégias utilizadas tem sido perdoar parte dos débitos. Foi assim que cinco indústrias foram instaladas no bairro do Lobato, em antigos galpões desativados. "Fizemos com que ações sociais acontecessem. Esses empresários recuperaram, inclusive, uma escola no bairro", disse Paulo Mota, gerente de relações empresariais da Agência de Desenvolvimento Econômico de Salvador (Adesa).

A falta de verba nos cofres municipais impede também que se cumpra uma norma vigente no Estatuto das Cidades e que foi absorvida pelo Plano Diretor

(PDDU). A regra estabelece que propriedades privadas sem utilização devem ser vendidas de forma prioritária à prefeitura, que lhes dará destinação social. Entretanto, as finanças não são suficientes para isso, diz o secretário do Planejamento, Itamar Batista. "Só nos resta fazer força para que uma outra entidade compre esses imóveis e dê uma destinação", assinala.

ESTUDO – Foi liberada, este ano, verba federal de R\$ 80 mil para promover estudo de diretrizes sobre a Península de Itapagipe, onde existe maior acúmulo de imóveis antigos abandonados. Ainda não há prazo para finalização dos trabalhos.

Ainda por causa dos débitos, a secretária de Habitação, Angela Gordilho, acredita ser mais fácil investir em habitações populares em outros locais, relocando as famílias que moram nas ruínas das fábricas. "Somente na antiga Alfred existe uma dívida de R\$ 10 milhões. É impossível negociar", explica a secretária.

Gordilho afirma que existem 1.500 famílias cadastradas na secretaria. Elas vivem em condições de miséria, em espaços invadidos. Investimentos federais e estaduais têm sido pleiteados para a construção de casas. Um dos projetos inclui 50 famílias alojadas na Barreto de Araújo, na Ribeira. A verba atenderia também a famílias abrigadas no antigo Clube Português. Cada casa custaria, em média, R\$ 20 mil. Enquanto o dinheiro não chega, a prefeitura mapeia terrenos em Pernambuco e na Suburbana, para as futuras construções. (E.L.S.)